



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 68, DE 2021

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 2021

PROPOSIÇÃO: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.632, DE 2 DE AGOSTO DE 2007 (DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE COMPRAM SUCATAS DE METAIS, FIOS DE COBRE E ALUMÍNIO A MANTEREM CADASTRO DOS FORNECEDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

PROPONENTE: Policial Madril/PSC

RELATOR: Cidão da Telepar/PSB

PARECER DA COMISSÃO: **FAVORÁVEL**

RECEBIDO EM
4/5/2021 às
Câmara Municipal de Cascavel, Paraná
Diretoria Legislativa

I – RELATÓRIO

Compete à Comissão de Justiça e Redação opinar sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais e a boa técnica legislativa das proposições.

O Anteprojeto apresentado pelo Vereador visa aperfeiçoar a lei nº 4.632/2007 que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que compram sucatas de metais, fios de cobre e alumínio a manterem cadastro dos fornecedores e dá outras providências.

II - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR

O presente projeto apresentado pelo vereador, tem como justificativa o que segue:

A proposta legislativa que apresento a deliberação de Vossas Excelências tem a finalidade apenas de alterar a palavra "roubo" por "furto" constante no art. 3º, uma vez que são crimes distintos, sendo que o crime de furto é menos grave, pois não há violência, e é o que geralmente ocorre na subtração de fios de cobre, e etc.

Quanto à alteração do art. 6º entendemos ser necessária a fim de sanar o equívoco de que os relatórios encaminhados pelos estabelecimentos deverão ser remetidos ao 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Paraná, uma vez que a Polícia Militar não possui função investigativa, a qual compete à Polícia Civil do Estado do Paraná, devendo, portanto, ser corrigido tal erro.

Trata-se de um projeto relevante inclusive podendo servir para melhor identificar as pessoas que realizam este tipo de furto e principalmente os receptadores, não dando margem para o não fornecimento dos cadastros em razão da maioria dos objetos não serem roubados e sim furtados, somado ao fato de que, devem tais empresas encaminharem tais relatórios para a autoridade que tem a função correta de investigação.

O presente anteprojeto não gera despesa e nem atribuição ao executivo municipal, é apenas uma correção à uma legislação já existente, visando dar mais efetividade à mesma.

No que concerne ao aspecto formal, a iniciativa, no caso, não é privativa do Chefe do Poder Executivo, a proposição encontra fundamento no artigo 44 da Lei Orgânica do município, que determina que a iniciativa de leis cabe a qualquer vereador ou Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos Cidadãos, visto que este, foi proposto pelo Vereador.

Preconiza o artigo 30, inciso I, da Carta Magna, que os municípios têm autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, consoante também ao que disciplina o artigo 17, I da Constituição Estadual do Paraná e artigo 19, Inc. I da Lei Orgânica Municipal de Cascavel que trazem o mesmo texto legal, por conseguinte, é admissível legislar a respeito da matéria supra, em razão de não criar despesas e atribuições.

O Anteprojeto apresentado entra na competência legislativa do vereador em razão dos argumentos aduzidos, portanto, após avaliar a matéria como Relator, nos termos do artigo 38 *caput*, do Regimento Interno, não verifico impedimentos constitucionais, legais e técnicos para a tramitação do projeto, deste modo, manifesto o meu voto **FAVORÁVEL**.


Cidão da Telepar
Vereador/PSB/Relator



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

III - VOTO DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação por meio dos seus Vereadores acompanham o voto do Eminent Relator e opinam pelo Voto FAVORÁVEL à tramitação do projeto de Lei nº 48/2021. 

É o Parecer.

Sala das Comissões Permanentes.

Cascavel, 04 de maio de 2021.


Pedro Sampaio
Vereador /PSC


Mazutti
Vereador /PSC